

Unidade sindical e partidos políticos

BRAZ JOSÉ DE ARAÚJO*

Eu queria, inicialmente, agradecer aos diretores que me dão a honra de sua presença e aproveitar a oportunidade para felicitar este Centro e seus estudantes por um esforço valioso, pois é toda a instituição que durante uma semana se dedica à discussão e ao debate de problemas importantes, nas diferentes dimensões da pesquisa, da ciência e da cidadania.

Não é em todo local que encontramos essas possibilidades. Transmito aos diretores, estudantes e aos organizadores desta Semana, as minhas felicitações, pois acho que através desses debates e dessas discussões podemos continuar contribuindo para o nosso desenvolvimento científico, cultural e político.

O tema da palestra de hoje é um tema em que tenho trabalhado bastante e de diferentes maneiras. Tenho escrito algumas coisas e feito numerosas palestras para os trabalhadores do Brasil inteiro. Em cursos destinados especificamente a operários, esta questão sempre emerge como um dos temas que eles também querem discutir. A questão de unidade sindical e sua relação com os

partidos políticos é uma questão antiga na história da vida e da luta dos trabalhadores, da própria história da democracia, que conhecemos universalmente.

Para a abordagem das questões presentes, dos desafios presentes, vou dividir esta exposição em três partes:

Na primeira parte, vou rapidamente mostrar as origens do sindicalismo e como o sindicalismo em suas origens já está ligado à questão partidária, especialmente nos países europeus e onde a Alemanha se destaca. Em seguida, também rapidamente, um pouco de nossa história sindical, procurando mostrar momentos importantes nesta perspectiva em nosso caso brasileiro, para, finalmente, chegar aos dias de hoje, ao momento presente, a fim de situar melhor os desafios que estão diante dos trabalhadores e do conjunto da sociedade brasileira.

Sempre que tratamos da história do movimento sindical, é bom lembrar que o sindicalismo moderno, tal como nós entendemos hoje, emerge da própria revolução industrial capitalista do século XIX e se organiza rapidamente em todos os países que se industrializaram primeiro, mas também na Alemanha, embora as primeiras organizações sindicais estejam ligadas à história da Idade Média, às corporações de ofício. O sindicalismo moderno surge com a indústria moderna, com a fábrica, pois, falar da indústria moderna é falar da

(*) Prof. de Ciência Política, do Dept^o. de Ciências Sociais da USP.

Palestra proferida por ocasião da III Semana de Ciências Sociais do CESULON. 1980.

fábrica. A fábrica é uma unidade de produção que reúne o trabalhador coletivo ou o conjunto de trabalhadores que despendem suas energias para produzir um determinado produto. Não é por acaso que justamente na história da Alemanha nosso tema pode ser bem ilustrado, pois lá, comparando-se com a Inglaterra, França e até a Bélgica, o desenvolvimento industrial se dá um pouco mais tarde, acentuando-se na segunda metade do sec. XIX, e, sobretudo, após a vitória da Alemanha contra a França, na guerra de 1870. É desta época, também, o levantamento histórico dos trabalhadores franceses, conhecidos como a Comuna de Paris.

A Alemanha de Bismarck vai esmagar a experiência revolucionária dos trabalhadores franceses e vai iniciar um processo novo de relação com os trabalhadores de seu próprio país.

Os sindicatos, apesar de suas diferenças, são organizações criadas pelos próprios trabalhadores para defender os seus interesses diante dos patrões. Assim, os sindicatos eram organizações nem sempre bem recebidas, mas não eram de todo organizações constantemente perseguidas. Primeiro, não eram muito significativas e, em segundo lugar, não tinham ainda condições para ameaçar, em termos absolutos, as relações autoritárias que existiam entre os patrões e os trabalhadores. No entanto, pouco a pouco, esse movimento sindical se fortalece e passa a ser uma força dentro da fábrica, uma força que se antepõe ao governo do patrão dentro da fábrica, a fim de reivindicar aquilo que os trabalhadores achavam que deveria ser reivindicado. Historicamente, e até hoje, duas reivindicações principais: melhores salários e melhores condições de trabalho. As reivindicações por melhores condições de trabalho levantam uma série de questões: redução da jornada de trabalho, melhores condições de saúde e trabalho dentro da empresa, a questão da insalubridade, a proteção ao trabalho do menor, da mulher, enfim, uma série de questões que surgem em função das características dos trabalhadores e da fábrica.

Nessas lutas, os sindicatos se fortalecem. Mas também se fortalece uma concepção política ligada aos trabalhadores, e que vem da tradição marxista de se ligar ao cotidiano do trabalhador dentro da empresa e da luta sindical contra o patrão. Os trabalhadores, pouco a pouco, compreendem a perspectiva do socialismo: construir uma sociedade em que não haveria nem exploradores nem explorados. Uma sociedade sem classes, uma sociedade em que a produção seria destinada ao interesse coletivo, para satisfazer às necessidades dos trabalhadores, em vez de ser fundamentalmente destinada aos interesses privados, particularistas, dos que detêm os meios de produção. Do surgi-

mento e desenvolvimento das idéias de Marx vai emergindo um movimento marxista através do qual os trabalhadores se organizam para as perspectivas do socialismo. O movimento sindical, embora não se colocando como alternativa para uma nova sociedade, já não apenas pretende defender as melhores condições de trabalho, melhores salários, mas também começa a apontar questões mais amplas, relacionadas com a própria organização econômica, social e política da sociedade. Por exemplo, a luta dos trabalhadores pelo sufrágio universal, embora naquela época, no século XIX, o sufrágio universal fosse limitado aos homens. Ainda, não se considerava a mulher digna da cidadania, mesmo entre os próprios trabalhadores. A luta pela ampliação do sufrágio universal, inclusive do voto da mulher, sempre esteve presente nas lutas dos trabalhadores. Como mulheres trabalhadoras, foram elas que ampliaram esta concepção, ainda estreita, da cidadania apenas para os homens.

Assim, as lutas sindicais extravasam as fábricas, colocando a organização dos trabalhadores diante de questões maiores, que envolvem a própria organização da sociedade como um todo. Simultaneamente, então, os trabalhadores das fábricas, pertencendo aos sindicatos, adquirem aos poucos idéias políticas novas. Dessa maneira, o movimento sindical, representativo dos trabalhadores, está, nas suas origens, ligado ao próprio movimento marxista. Tanto assim, que no caso da Alemanha, os sindicatos são controlados, e, de certa forma, constituem-se extensão do próprio Partido Social-Democrata alemão, que era a designação que os partidos com idéias marxistas ou próximas tinham naquela época. Esses partidos, portanto, que surgem com a perspectiva de serem os porta-vozes do programa dos trabalhadores para o conjunto da sociedade, estreitam as suas relações com os sindicatos e os sindicatos estão profundamente ligados a esses partidos. As divergências internas dentro dos partidos passam, portanto, a ter repercussões imediatas no próprio movimento sindical. As divergências no interior do Partido Social-Democrata alemão, já no final do século XIX, apontando para diferentes caminhos para se chegar ao socialismo, têm seus reflexos no movimento sindical. E já começa, no final do século, a se estabelecer certa distinção entre a atuação dos sindicatos, antes ligados ao partido, porém, agora, diferenciados de acordo com a orientação política de seus dirigentes e a relação deles com o partido ou com uma tendência do partido.

As divergências no interior do movimento socialista vão se aprofundar no início do século XX. O Partido Trabalhista inglês, criado em 1906, é profundamente ligado ao sindicalismo inglês. Em realidade, na Inglaterra, são os sindicatos que

criam o partido que é uma extensão do sindicato. A formação do Partido Trabalhista inglês se dá dentro de um contexto de discussão no seio da classe trabalhadora. Sobre as diferentes vias, os diferentes caminhos para construir a sociedade socialista, e as diferentes concepções das lutas nos sindicatos, do significado das lutas políticas parlamentares. As divisões, portanto, vão se aprofundando e explodem com a primeira guerra mundial. A maioria dos Partidos Socialistas europeus, com raríssimas exceções, por exemplo, a do Partido Socialista italiano, partidos que se apresentavam como partido dos trabalhadores, representando os trabalhadores, parte para uma política de guerra. Opunham-se a uma corrente que sustentava o seguinte: — que a guerra não interessava aos trabalhadores, pois, se os trabalhadores da Alemanha aprovassem créditos de guerra para uma luta contra os trabalhadores da França, onde ficaria o internacionalismo proletário? Não se podia, argumentava-se, colocar uma classe de trabalhadores de um país contra a outra classe de trabalhadores de outro país. Os socialistas deveriam ser contra a guerra que era um desejo dos grandes grupos econômicos, que queriam dividir o mundo entre eles, mas não era uma guerra que interessava à classe trabalhadora. Os trabalhadores e população sofreriam os efeitos da guerra imperialista.

Outra corrente pensava que não: sustentava que a defesa dos interesses dos trabalhadores da Alemanha ou da França passava pelo controle de certos espaços, o controle da agressividade de um ou de outro. Caiu-se, então, no que, na época, se chamava de “social-chauvinismo”, um nacionalismo exaltado que penetrou profundamente no interior desses partidos socialistas. E eles votaram os créditos para a guerra e a guerra começou. Os militaristas gostam de guerras. Para isso, precisam de recursos orçamentários, precisam destinar o grosso da economia para a produção de armamentos. Com o regime democrático, era necessária autorização do Parlamento para se partir para uma economia de guerra. E essa economia de guerra foi autorizada. Os créditos foram autorizados. E evidentemente a guerra explode. E explode também o movimento socialista.

A corrente bolchevique do movimento socialista, a que mais criticava a política de guerra, chega ao poder numa Rússia completamente arrasada pela guerra, na mesma Rússia onde a miséria atingia brutalmente a todo o povo. Chegavam ao poder, pela primeira vez na história, os trabalhadores, os camponeses, os marinheiros e soldados, através de seu partido. A Revolução de 1917 é sem dúvida nenhuma o acontecimento histórico

mais importante deste século. Desde então, tem reflexos cotidianos na vida política de todos os países, e evidentemente na própria situação internacional.

A vitória da Revolução na Rússia vai garantir a vitória de uma corrente partidária, dentro do movimento socialista, surgindo, então, o Partido Comunista liderado por Lenin, atualmente o Partido Comunista da União Soviética. Após a tomada do poder, será necessário defender a Revolução contra as agressões de outros países que se aliam para tentar derrotar a Revolução. A guerra civil vai durar longos anos, até que o Exército Vermelho derrota todas as tentativas contra-revolucionárias. É nesse clima que se fortalece o poder revolucionário e nasce o movimento internacional para a formação de partidos comunistas. Entre 1917 e 1922, sobretudo 1922, surgem muitos partidos comunistas, inclusive o Partido Comunista Brasileiro.

Qual é a consequência do ponto de vista sindical? O movimento sindical que antes era profundamente ligado à social-democracia começa a se dividir também em função da divisão partidária. Com o processo de formação de novos partidos, os partidos comunistas, divisões se dão também no interior do movimento sindical.

Eu creio que este quadro dá para ilustrar a primeira parte e já nos situar no contexto da realidade brasileira, bastante diferente, pois nosso país é fundamentalmente agrário, com poucas indústrias. A industrialização que existe, desde o século XIX, é pouco significativa, reduzida a poucos ramos industriais, mas de toda maneira já se desenvolve em nosso país um processo industrial nas grandes cidades, sobretudo no Rio de Janeiro e mais tarde em São Paulo. Entre nossos trabalhadores da indústria, muitos vinham da Europa, já com experiência das fábricas europeias e com a tradição anarco-sindicalista. Os anarquistas que vinham para o Brasil e aqui trabalhavam contribuíram para a organização do movimento sindical brasileiro. Portanto, naquela época, não tivemos no Brasil o que ocorreu na Europa, ou seja, a divisão entre socialistas e comunistas. Aqui no Brasil, a divisão foi diferente: surge entre anarquistas e comunistas. É verdade, no entanto, que muitos anarquistas se tornaram comunistas e mesmo fundadores do Partido Comunista Brasileiro. Essa característica mostra uma especificidade nossa. Não ocorreram no Brasil os reflexos internacionais que dividiram o movimento sindical na Europa. Aqui, pouco a pouco, os comunistas conseguem predominar e o movimento anarquista no movimento sindical perde fôlego. Os comunistas ganham a maioria dos sindicatos e surgem as tentativas mais efetivas de organização sindical no plano nacional.

A tradição brasileira, portanto, é de uma organização sindical central representando o conjunto dos trabalhadores: A central sindical única. Os nomes foram diversos, até a última antes de 1964, o Comando Geral dos Trabalhadores. A ideologia do movimento de 1930 está bem expressa através de duas frases muito conhecidas: "*Façamos a Revolução antes que o povo a faça*"; "*A questão social é uma questão de polícia*". Estas duas frases ilustram muito bem a concepção política que vai passar a predominar em nosso país, desde então. Por que estas duas frases são tão expressivas? Não é por acaso. Em todos os movimentos e revoltas ocorridos no Brasil, da greve geral em 1917 aos tenentes, levantam-se de alguma maneira a questão da democracia em nosso país.

De uma realidade política fundamentalmente arranjada para as oligarquias rurais, o sistema político, antes de 1930, não se abria para as novas realidades decorrentes da industrialização. E não se abria nem para os trabalhadores e nem para os industriais. Para se ter uma idéia: em 1905, aprovou-se no Brasil uma reforma eleitoral que praticamente impedia de ser votado todo industrial, banqueiro e comerciante que recebesse subsídios do governo. Era um sistema eleitoral destinado exclusivamente ao monopólio do poder, pelos interesses agrários, dos latifundiários. No entanto, a industrialização faz emergir uma nova realidade: industriais e trabalhadores assalariados. Começam a surgir as reivindicações para a reforma do nosso sistema eleitoral. Todos os movimentos políticos democráticos no Brasil sempre chegaram a esta questão básica. A questão da reforma do sistema eleitoral, como parte necessária para uma Assembléia Nacional Constituinte, a fim de se constituírem as condições para um desenvolvimento democrático.

Contudo, contra esses movimentos que apresentavam certas perspectivas de democratização da sociedade surgia a contrapartida, a contra-revolução. Tanto o movimento de 1930 como o movimento de 1964 têm essa característica. E que acontece? Vargas que chega ao poder em 1930, pouco a pouco vai destruindo aquela organização sindical existente, perseguindo os comunistas que foram contra seu movimento. Uma nova legislação sindical vai sendo criada. Inspirada na moda da época. A moda fascista dá suas lições para a organização do movimento sindical brasileiro e à própria organização política da sociedade. Devemos nos lembrar que em 1932 houve uma reação. O movimento de 30 que prometera reformas substanciais no plano das regras eleitorais e políticas para rumos democráticos não demonstrava essa

vontade. Em São Paulo, onde se concentrava essa oligarquia do café, as lideranças do Estado se levantam com amplo apoio, inclusive dos estudantes da época, por uma Assembléia Nacional Constituinte. Cessa a guerra civil. A Constituinte é convocada em 1933 e começa a funcionar em 1934. Os paulistas perderam a guerra, porém ganharam a paz. Vitória de Pirro. A Constituinte de 34 vai sofrer também as influências corporativas da época. E as condições democráticas para o desenvolvimento de nosso país avançam muito pouco ou quase nada. O movimento sindical é paulatinamente reestruturado. Os comunistas são afastados do movimento sindical e se cria uma estrutura sindical ligada ao Estado. É dessa característica que surge a denominação de pelego. Aquele que está por cima do cavalo, porém debaixo do arreio. Ele se torna o elemento de ligação do Estado com os trabalhadores, de manipulação e controle dos trabalhadores. Em 1943, surge a Consolidação das Leis do Trabalho, a C.L.T., cuja essência está em vigor até hoje. Ela é a expressão das relações que se estabeleceriam entre sindicato e poder, ou seja, sindicatos atrelados ao Estado. Os sindicatos perdiam sua autonomia, eram completamente subordinados ao Estado e, por conseguinte, aos próprios patrões. As tentativas feitas pelos trabalhadores de tornar esses sindicatos representativos dos anseios da categoria, através de alguns movimentos deram alguns resultados, mas logo vinham as intervenções, as prisões, as perseguições e as demissões nas empresas, principalmente daqueles que estavam ligados a esse combate para um sindicato representativo. E a história ainda se repete hoje.

Em 1945, tinha-se uma nova esperança. A vitória contra o nazi-fascismo criou uma esperança mundial de paz e democracia. Os militares vieram da Europa decididos a construir uma nova democracia em nosso país, pois, tendo lutado contra os nazistas, era difícil admitir o Estado Novo, um Estado ditatorial que dava plenos poderes a Getúlio Vargas. E derrubaram Vargas. Muitas coisas mudaram na política de nosso país. Havia liberdade de organização para todas as correntes partidárias, inclusive aos socialistas e comunistas. Quatro partidos se destacam entre todos os outros: o PSD, o PTB, a UDN e o PCB obtêm juntos mais de 80% da preferência do eleitorado.

No entanto, as forças majoritárias que se apresentaram na Constituinte eram essencialmente conservadoras. Uma Constituinte é a expressão de uma relação de forças no plano político. Se naquela época avançássemos em alguns aspectos relacionados com a participação política, não ocorreria nenhuma modificação na estrutura sindical. Os sindi-

catos continuariam atrelados ao Estado de acordo com as leis do Estado Novo e de nítida inspiração fascista.

Mas vem a chamada guerra fria, que vai acarretar conseqüências antidemocráticas em todos os países, inclusive no nosso. Em muitos países ocorre a exclusão dos comunistas em aliança com os socialistas dos governos. Aprofundam-se então as divergências entre socialistas e comunistas. Em nosso país, recomeça a perseguição aos comunistas.

No Brasil, quando se fala em comunistas, é sempre bom levar em consideração que, em determinados momentos, todos passam a ser comunistas. Basta levantar um pouquinho a voz. Inicia-se no país uma perseguição sistemática a todos aqueles que levantaram as bandeiras da autonomia sindical, da liberdade sindical e da necessidade dos direitos da cidadania para os trabalhadores, dos direitos políticos para os trabalhadores. O Governo Dutra é um governo duro sob o ponto de vista de perseguição. Porém, em 1950, Vargas chega novamente ao poder. Agora, é eleito democraticamente, segundo as regras da época. Um novo movimento se inicia, tanto mais que a reeleição de Vargas tinha sido fundamentalmente resultado de um amplo movimento nacional pela nacionalização do petróleo, pela criação da Petrobrás. Esse movimento era um movimento de amplitude nacional e teve papel decisivo na eleição de Vargas, que prometia nacionalizar o Petróleo e criar a Petrobrás, o que efetivamente foi feito. No entanto, o resultado imediato é a crise de seu governo e até sua morte, não resistindo às pressões que se levantaram, na época, contra ele.

Mas esse movimento nacionalista vai possibilitar uma nova atividade no plano sindical, embora o controle fosse ainda do PTB, dos pelegos. O fato é que diferentes correntes chegaram às diretorias dos sindicatos, junto com os pelegos: cristãos, socialistas, comunistas. Procurava-se criar o sindicato representativo. Essas lutas sempre foram lutas muito difíceis. Porém, eles continuaram a partir de 1950 e, sobretudo, a partir da morte de Vargas. Muitos trabalhadores mudaram um pouco de posição, avançando no sentido de combater mais em defesa dos interesses dos trabalhadores, pois a mensagem deixada no testamento de Vargas marcou fundo a memória de muitos trabalhadores. Esse movimento sindical vai então sofrendo algumas modificações, durante toda a década de 50.

Em 1960, é eleito Jânio Quadros para Presidente da República. Com sua renúncia, João Goulart, vice-presidente da República, deve assumir o governo, segundo a Constituição. Nesse momento, tivemos a mais séria ameaça de guerra civil no nosso país, porque o exército se dividiu e a coisa an-

dou muito feia. Chegaram, no entanto, lá em cima, a um acordo e a guerra civil foi evitada. Introduziu-se o parlamentarismo. O movimento sindical adquire novo rigor. Os sindicalistas estiveram ao lado da legalidade, defendendo a obediência à Constituição. Esse pequeno e curto período entre 1961 a 1964 vai ser um período de profundas mudanças no movimento sindical. Pela primeira vez, depois de 1930, os comunistas voltam novamente a ter papel decisivo no movimento sindical, sobretudo nos sindicatos mais importantes.

Quando se analisa o movimento de 1964, suas causas, deve-se mostrar que o movimento não caiu do céu. É necessário entender muito essa questão, porque ela é importantíssima. Antes de 1964, no curto espaço de três anos, os comunistas passam a predominar nos sindicatos mais importantes, inclusive no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Essa organização era ilegal pela lei atual, pois os trabalhadores não podem formar uma central sindical única. No entanto, contra a lei, tendo em vista a própria prática do movimento sindical, e, sobretudo, no período em que Almino Afonso era Ministro do Trabalho, esse processo avançou enormemente, porque o Ministério do Trabalho deu mais autonomia aos sindicatos. Ele recentemente fez um depoimento na Folha de São Paulo, mostrando a importância desse período, para que os sindicatos pudessem ter na prática maior autonomia.

Vitorioso o movimento de 1964, novamente, vem a repressão contra o movimento sindical, tanto no campo quanto na cidade. Ela é violentíssima no campo, especialmente no Nordeste. Ainda não está escrita a história das violências contra as lideranças sindicais e os camponeses no Brasil, nesse período. As perseguições se generalizaram. A caça às bruxas é muito violenta. Todo um trabalho que tinha levado 14 anos foi de repente jogado por água abaixo. Inicia-se aí o período mais difícil da história das lutas sociais em nosso país, o período mais difícil para a classe trabalhadora brasileira.

No entanto, apesar dos pesares, os trabalhadores são muito unidos. Nós, na Universidade, às vezes nos enganamos muito a respeito dos trabalhadores. Muitas análises, no início da década de 60, afirmavam que a burguesia não tinha consciência de classe. Era uma péssima análise da realidade. Eles têm uma consciência de classe e uma sabedoria que a vida cotidiana lhes dá.

Eu sempre gosto de perguntar o seguinte: Por que os trabalhadores brasileiros não seguiram certas propostas apresentadas como revolucionárias? Os trabalhadores já receberam muitas vezes propostas de revolução no Brasil? Muitas.

Por que os trabalhadores não acompanharam, não seguiram as lideranças? Eles não tinham consciência, eram burros? Ou por que eles eram até mais sabidos? Sabendo a delicadeza das condições reais em que eles viviam, e sentindo a inviabilidade das propostas dadas a eles, acho que os trabalhadores sempre tiveram consciência da fortaleza da fábrica, do papel do governo, do regime e nunca se dispuseram a aventuras. A classe como um todo. E essa consciência, ela não se perde, ela na realidade vai se desenvolver. Os trabalhadores brasileiros tiveram durante 16 anos uma lição cotidiana, a lição da vida sobre o que é uma ditadura. Não é necessário ir à escola. Dentro da fábrica e através de suas lutas eles aprendem. E agora o que estamos vendo?. Agora, recentemente, na experiência de São Bernardo? Foi muito interessante. Com a revolução nos meios de comunicação, o que ocorre no Irã, no Iraque, vê-se pela televisão, às vezes, até direto do campo de guerra.

Então, os trabalhadores de nosso país viram que a questão social ainda era uma questão não apenas de polícia, mas também dos helicópteros, do exército, dos tanques, e assim por diante. Eles viram e nunca ficou tão claro para o trabalhador brasileiro que o governo é que protege os patrões, que o governo não se preocupa com a cidadania dos trabalhadores, e que, evidentemente, a ditadura contra os trabalhadores neste país é muito poderosa.

São palavras dos próprios trabalhadores, ditas por alguns que já têm uma formulação muito clara. Eles sentem, eles sabem. As pesquisas de opinião podem mudar de resultado, segundo quem entrevista. Sabendo-se entrevistar um trabalhador, capta-se dele uma consciência democrática muito profunda, não é muito difícil, basta querer.

Chego, então, finalmente, ao núcleo do nosso tema. Essa situação colocou hoje para a sociedade brasileira, de forma concentrada, todos os seus problemas, todo o problema político deste país. Como dizer em 1980 que a questão social é uma questão de polícia? Em 1930, tínhamos no Brasil cerca de 700 mil trabalhadores na indústria. Dá para entender o caráter agrário da sociedade. Mas o Brasil não é mais uma sociedade agrária. É uma sociedade industrial-agrária. E com empresas altamente sofisticadas, modernas, com equipamento altamente sofisticado que vem de fora, mas está aqui, e que é operado por trabalhadores brasileiros. E os trabalhadores neste país não são mais 700 mil, são milhões e milhões. Nós vamos ver agora os resultados do censo, ter boas informações, saber, o que é o nosso país e resolver os nossos problemas...

Creio que não é exagerado afirmar, que neste país, neste momento, temos 40 milhões de trabalhadores que dependem direta e fundamentalmente do salário para viver. Os dados do Censo talvez não indiquem tanto pelo seguinte: pelos critérios do Censo é considerada população economicamente ativa aquela maior de 14 anos, não estudante, etc. Mas, no Brasil, nós temos milhões de menores que trabalham, meninos e meninas, excluídos da população economicamente ativa, mas são trabalhadores. Basta percorrer a região de Londrina mesmo, e vamos ver esses camponeses que vão para as fazendas com muitas crianças. Isto é válido para o Brasil todo. A criança brasileira, desde cedo, é obrigada a enfrentar a vida, a lutar pela vida. Basta ver a diferença profunda entre uma criança de sete anos que nunca teve de lutar pela vida e uma criança que está aí na rua.

Os partidos políticos estão aí. Se nós consultarmos as intenções programáticas ou os programas do PT, do PDT, do PTB, do PMDB, do PP, do PCB, uma questão é clara. Todos esses partidos dizem claramente o seguinte: os sindicatos devem ser autônomos, livres da tutela do Estado. No quadro partidário de hoje, existe, na oposição, um consenso: liberdade sindical. Os sindicatos devem ser autônomos do Estado, como uma condição necessária para que a cidadania dos trabalhadores se expresse. Nenhum dos programas é contrário a isso. Nenhum dos programas diz que os sindicatos dos trabalhadores devem estar subordinados aos patrões. Pelo contrário, sustenta-se a autonomia e o direito dos trabalhadores de lutarem pela ampliação de seus direitos, por suas causas. Reconhece-se que é um direito, tanto a autonomia do Estado como a autonomia dos patrões. No entanto, os partidos não deixam bem claro que os sindicatos deveriam também ser autônomos dos próprios partidos. Surge aqui uma pergunta. Por que os sindicatos devem ser autônomos dos partidos? Ora, os partidos se dividem em diferentes concepções políticas, em programas de projetos alternativos para a sociedade. Se todos nós, suponhamos, fôssemos trabalhadores, seríamos diferentes em nossas convicções políticas, em nossas convicções religiosas; temos diferentes origens raciais, diferentes características culturais. Somos diferentes. Nossas especializações e qualificações são as mais diferenciadas. Embora diferentes, no entanto, todos seríamos trabalhadores e todos teríamos patrões. Todos teríamos que reivindicar melhores salários e melhores condições de trabalho entre outras coisas. Assim, a tese que compartilho (é uma tese velha). É de que os sindicatos devem ser autônomos, independentes, não apenas do Estado e dos pa-

trões, mas também dos partidos e das Igrejas. Os elos diferentes, que já aponte, permitem compreender que o sindicato, para representar o conjunto de uma categoria, precisa pensar sobretudo na categoria e não em convicções políticas-partidárias ou religiosas específicas. Também pelo fato já apontado anteriormente, através das ilustrações que eu pude fazer da Alemanha, da Europa, ou mesmo do Brasil, sabemos que os trabalhadores, sindicalmente divididos, se enfraquecem diante dos patrões, diante do Estado e diante dos partidos.

Eles correm o risco de, desgarrando-se dos fios visíveis da tutela do Estado, unirem-se por fios invisíveis à tutela do Estado, através do PDS, por exemplo, ou do PMDB ou do PP ou seja lá qual for o partido. A história tem mostrado que não interessa aos trabalhadores essa tutela. Nós devemos respeitar as diferenças. Como respeitá-las, se cada partido pretende ser a única verdade, a única alternativa, a única praxis válida para o sindicalismo? "Trabalhadores, sigam-me, eis aqui a minha chapa, só comigo é que o sindicalismo vai ser representativo das verdadeiras lutas e idéias dos trabalhadores". Os partidos e seus militantes vão precisar amadurecer...

Será necessário levar em consideração a heterogeneidade, as diferenças, os ritmos diferentes do crescimento de cada trabalhador. Por que não dizer: "trabalhadores, nós somos diferentes. Vamos eleger — independentemente das convicções políticas, partidárias, religiosas — aqueles que efetivamente estão dispostos a nos representar e a consolidar os nossos ideais." Dois discursos, duas chapas. Eu acho que é esse o desafio que está diante da classe operária, da classe trabalhadora em geral no Brasil. Com uma série de conquistas anteriores, de um passado com uma série de lutas que só podem dar força ao desejo de união já expresso em muitos congressos dos metalúrgicos, dos químicos, até dos padeiros: a questão da unidade sindical dos trabalhadores está sempre presente. Como sempre presente esteve a solidariedade dos trabalhadores da indústria com os trabalhadores do campo, pela reforma agrária. A reforma agrária sempre esteve entre as bandeiras do movimento sindical brasileiro no passado e ainda está até hoje. Quais são as dificuldades de hoje? No meu entender, as dificuldades começam de onde não deviam começar. Começam dos diferentes grupos de esquerda, que ainda não entenderam profundamente a questão. Entender profundamente não é apenas ler, é também — e sobretudo — praticar. Gosto sempre de dizer: é muito fácil chegar aqui, diante de vocês e dizer que sou um democrata. Depois, chego em casa e sou um tremendo autoritário. Quer dizer: apenas palavras. É necessário

que, na prática, se entenda aquilo que está dentro dos programas partidários. E este é um desafio do passado e do presente para o conjunto dos núcleos da esquerda brasileira. Entender que eles podem contribuir para a divisão dos trabalhadores, ao invés de contribuírem para a união dos trabalhadores no plano sindical.

Então, que se nota? Como a nossa estrutura não dá para formar sindicatos livres, com essa estrutura, temos que formar outros sindicatos, livres do Estado. Esse raciocínio não é novo, já foi moda na década de 50. Os comunistas, quando foram afastados do processo legal, tentaram fazer os sindicatos paralelos. Foi um tremendo fracasso. Já existe a própria lição da experiência brasileira de que o sindicalismo paralelo não leva a muita coisa. Leva, sim, à divisão e ao isolamento de seus defensores do conjunto e da maioria esmagadora dos trabalhadores. Nos últimos tempos, assisti pessoalmente e participei de discussões em que essa questão estava em pauta: a necessidade de construção de "sindicatos livres"; portanto, não dá para conversar com pelego. Pelego não tem vez.

Na realidade, o problema é o seguinte: ter as condições para eleger uma diretoria de sindicato que seja representativa dos trabalhadores. Muitos dirigentes dizem assim: por que é que as oposições não ganham as eleições? Já ouvi, inclusive de dirigentes, que são considerados pelegos, dizerem o seguinte: há anos que vocês estão aqui tentando ganhar as eleições. Anos e anos na oposição. Bom, ganhem as eleições. Representem os trabalhadores, transmitam à categoria a confiança que a categoria vota. É claro que há muita malandragem. Muitas malandragens que dificultam, é claro, esse processo de democratização que está nas raízes do movimento sindical brasileiro de hoje. Dentro de um processo democrático rigoroso, dificilmente um pelego, no sentido mais clássico, vai conseguir se reeleger. Os trabalhadores estão querendo efetivamente ser representados através de dirigentes que surjam deles próprios. Eles conhecem seus companheiros, fazem assembleias, eles conhecem a fábrica, e aqueles que lutam por eles lá dentro.

Mas existe um duplo movimento: um movimento de sindicatos e entre esses sindicatos, os mais representativos, os mais combativos, para fortalecer e construir a unidade sindical, cujo objetivo final seria a construção de uma central única, representativa de todos os trabalhadores brasileiros. Existe também uma tendência de construção de um sindicalismo paralelo, de uma central sindical independente, porém, paralela à estrutura sindical — ENTOES — Encontro dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical. Esta reunião foi um fracasso para os próprios grupos que a haviam

convocado. E por que foi um fracasso efetivamente? Porque, no meu entender pessoal, está fora da realidade das tradições e das lutas dos trabalhadores brasileiros. Alguns líderes sindicais deviam ir. O Lula não foi. O Lula anda muito ocupado. Mas eu acho que não foi apenas por estar muito ocupado. Acho que Lula já está percebendo que o caminho talvez não seja esse. O caminho é o indicado pela própria experiência de Lula, como dirigente sindical. Agora, como líder político, vai ter que assimilar esse esforço. Esses dois movimentos apontam para uma necessidade histórica: está em andamento um processo de construção da unidade sindical dos trabalhadores brasileiros, através de uma central única, independentemente das posições políticas dos trabalhadores, inclusive do PDS. Meus amigos, existem muitos trabalhadores filiados ao PDS que querem aumento de salário, que querem melhores condições de trabalho, mas que, no entanto, por uma série de razões, querem votar em Carvalho Pinto, querem votar em Magalhães Pinto, querem votar em Tancredo Neves, querem votar em Maluf, etc. É uma realidade. Mas não está escrito que não estão dispostos a lutar por melhores condições de trabalho, por melhores salários dentro das empresas. É uma realidade; será que nós podemos dizer a um trabalhador que tem a coragem de dizer que é do PDS, que o sindicato não é dele? Que não há lugar para ele? Ou tentar ganhá-lo para perspectivas mais coerentes?

Nesse momento, os trabalhadores estão muito prudentes. Não andam dizendo por aí qual o partido que preferem. Estão aparentemente quietos. Assim, entidades que antes convocavam manifestações, atos públicos e mobilizavam, estão encontrando uma dificuldade enorme. Por quê? Parece-me que a questão partidária está presente e os trabalhadores estão com as antenas ligadas. Convocam para uma coisa que ele não sabe bem o que é

e não vai. O trabalhador ainda não tem certeza. Está ainda indeciso. Quando o povo não tem ainda clareza, permanece em situação de cautela. Então, só para dar um exemplo, sem isso significaria meu desmerecimento, mas é uma realidade para todo mundo, mas eu vou ilustrar com o caso do Lula. Ele colocava no estádio de Vila Euclides cento e vinte mil trabalhadores, sessenta mil trabalhadores. Recentemente, Lula convocou os trabalhadores para uma reunião do sindicato, pela retomada do sindicato. Poucos compareceram. Por que não mais acreditam em Lula? Não. É porque "olha, Lula, você agora está em partido, eu estou indeciso, não quero me comprometer, agora, então"...

Mudou a postura do trabalhador, em relação ao próprio movimento sindical, tendo em vista o quadro partidário e as posições assumidas por Lula. Essa é uma realidade generalizada. Na associação dos professores da USP, encontra-se uma dificuldade enorme em trazer os professores para as discussões, porque esse quadro tem reflexos também dentro de universidades. Uma greve em que a categoria se sente derrotada, é uma greve tremendamente complicada para qualquer associação, mesmo a nossa. Também o será para qualquer sindicato de trabalhadores. É necessário se preparar para a derrota, para que a categoria não passe a desconfiar da entidade. A greve é apenas uma das formas de luta do trabalhador. Falar em greve, hoje, (não aqui no Paraná, pois o Brasil é um país enorme e aqui os professores estão convocando uma greve justa, estão lutando por um melhor sistema educacional) é muito delicado, na maioria das categorias. Se as experiências recentes foram, muitas delas, importantíssimas e despertaram os trabalhadores para uma nova experiência que eles ainda não tinham, agora eles estão desconfiados, estão querendo tentar outros caminhos. O trabalhador é muito hábil.